



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 551215 - RS (2019/0370510-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CLAUDIO DA SILVA ZACCANI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **CLAUDIO DA SILVA ZACCANI**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau desclassificou a conduta imputada ao paciente para crime de menor potencial ofensivo.

Em sede recursal, o Tribunal de origem deu provimento ao apelo da acusação para condenar o réu à pena de 2 anos de reclusão, em regime aberto, mais pagamento de 10 dias-multa, como incurso no art. 15, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, tendo a pena corporal sido convertida em restritivas de direitos.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante que a conduta imputada não se amolda ao delito de disparo de arma de fogo, posto que o disparo não foi efetuado a esmo, sem finalidade específica, mas sim para intimidar a vítima, em razão de desentendimento devida à má prestação de serviço de mecânico de automóveis.

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da sentença.

Indeferido pedido de liminar (e-STJ, fls. 373-374), a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fl. 486).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Ademais, o *habeas corpus* não se presta para a apreciação de alegações que buscam a desclassificação da conduta imputada ao paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita.

A propósito do tema, trago à colação os seguintes julgados desta Quinta Turma:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO. EXCESSO DE PRAZO SUPERADO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO. 1. **O *habeas corpus* não é o meio adequado para a análise de tese de desclassificação da conduta por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do *writ*, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.**

2. A alegação de ausência dos requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar não foi enfrentada pela Corte a quo, o que impede o conhecimento da

questão diretamente por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

3. Quanto ao alegado excesso de prazo verifica-se que já houve o encerramento da instrução criminal com a apresentação das alegações finais. Assim, aplica-se, no caso, o enunciado n. 52 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

4. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte, A transferência do preso para estabelecimento prisional situado próximo ao local onde reside sua família não é norma absoluta, cabendo ao Juízo de Execuções Penais avaliar a conveniência da medida (HC n. 18.599/RS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 08/10/2002, DJU 04/11/2002).

5. Encerrada a instrução, entendo ser conveniente que o pedido de transferência seja novamente requerido perante o Juízo de primeiro grau que, diante na nova situação fática, poderá avaliar melhor a necessidade ou não da manutenção do recorrente na unidade prisional em que se encontra.

6. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(RHC 91.605/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 13/12/2017, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA ROUBO QUALIFICADO PELA LESÃO CORPORAL GRAVE. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Esta Corte Superior é firme na compreensão de não ser possível conhecer de desclassificação, tendo em vista que a desconstituição do que ficou estabelecido nas instâncias ordinárias ensejaria o reexame aprofundado de todo conjunto fático-probatório produzido ao longo da marcha processual, providência incompatível com os estritos limites do remédio constitucional, marcado pela celeridade e pela sumariedade na cognição.

2. Na espécie, o Tribunal de origem, com amparo nos elementos probatórios delineados nas instâncias ordinárias, manteve a condenação pela prática do delito descrito no art. 157, § 3º, segunda parte, c/c o art. 14, II, do Código Penal, e concluiu ser incabível a pretendida desclassificação para o crime tipificado no art. 157, § 3º, primeira parte, do mesmo diploma legal.

3. Mostra-se inviável, portanto, o exame do pleito de desclassificação, pois, para se afastar a conclusão das instâncias originárias, seria necessário o revolvimento do conjunto probatório, o que é vedado em habeas corpus.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 373.075/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 5/12/2017, DJe 14/12/2017, grifou-se).

No caso, está inscrito no acórdão ora combatido:

"[...] Conforme satisfatoriamente comprovado nos autos, o réu disparou arma de fogo em via pública, tendo sido apreendido projétil de arma de fogo no local do fato, não havendo, assim, qualquer dúvida acerca da tipificação do delito. O réu teve decretada a revelia. Na fase policial, referiu ele que esteve na casa da vítima, ocasião em que ocorreu discussão sobre o conserto do motor do carro, negando, contudo, ter efetuado disparos. A testemunha Cenira de Moura confirmou que, em que pese não ter visto o autor dos disparos, escutou os tiros, bem como presenciou seu companheiro pulando o muro para a casa da vizinha.

Já o policial militar Itamar Mass Soares afirmou que esteve no local do fato após a polícia ter sido acionada pela vítima, e que lá chegando, esta descreveu o desacerto comercial ocorrido com o réu e os disparos de arma de fogo realizados por ele.

A palavra das testemunhas, aliada ao depoimento da vítima, que afirmou ter Cláudio comparecido em sua residência para desferir disparos de arma

de fogo, é prova suficiente para configuração do delito.

Dessa forma, impositiva a condenação.

Trata-se de crime de perigo abstrato, que se consuma com o disparo, independentemente da exposição concreta a perigo" (e-STJ, fl. 387).

Nesse contexto, se as instâncias ordinárias, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entenderam, de forma fundamentada, que a conduta descrita na peça acusatória subsume-se ao tipo penal do art. 15 da Lei n. 10.826/2003, a análise das alegações concernentes ao pleito de desclassificação demandaria exame detido de provas, o que não se coaduna com a via do *writ*.

Ademais, nos moldes da jurisprudência desta Corte, "o disparo de arma de fogo em local habitado configura o tipo penal descrito no art. 15 da Lei n. 10.826/2003, crime de perigo abstrato que presume o dano à segurança pública e prescinde, para sua caracterização, de comprovação da lesividade ao bem jurídico tutelado (ut, AgRg no AREsp 684.978/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 12/12/2017).

Ante o exposto, **não conheço** do *writ*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator